



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 090

SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 155ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CASTRO COIMBRA — Novicidade do tabagismo, tratada no X Congresso da Associação Médica Brasileira.

DEPUTADO JOSÉ FREIJAT — Homenagem prestada aos parlamentares brasileiros de descendência árabe pelo corpo diplomático dos países árabes.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Nomeação do Sr. Delfim Netto para Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Defesa da aprovação do projeto de lei que regulamenta a profissão de biomédico, em tramitação na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Cinquentenário de fundação da empresa Chocolate Garoto S/A.

DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO — Chamando a atenção das autoridades federais e estaduais do Estado de Goiás, para excessos cometidos pela Secretaria de Segurança daquele Estado.

DEPUTADO BEZERRA DE MELO — Necessidade da aprovação, pela Câmara, do projeto de lei que regulamenta a profissão de biomédico.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Considerações sobre o projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação da profissão de biomédico, a ser apreciado pela Câmara em sua sessão ordinária desta data.

DEPUTADO RICARDO FIÚZA, como Líder da Maioria — Reparações a colocações feitas pelo seu antecessor na tribuna.

DEPUTADO ODACIR KLEIN, como Líder da Minoria — Focalização do projeto de lei que regulamenta a profissão de biomédico.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS — Proposta de S. Ex^a, com vista à apreciação, pela Câmara, do projeto que regulamenta a profissão dos biomédicos.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Ofícios

Dá Liderança da ARENA no Senado, de substituição de membros em Comissões Mistas do Congresso Nacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 59, de 1979-CN), aprovando o texto do Decreto nº 1.681, de 7 de maio de 1979, que altera a alínea I do item II do artigo 13 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. Odacir Klein e Ricardo Fiúza. À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 63, de 1979-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.682, de 7 de maio de 1979, que reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, assegura manutenção e utilização de crédito, e dá outras providências. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 156ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CARLOS SANTOS — Suelto do jornal *Folha da Tarde*, de São Paulo, intitulado "Racismo às claras", a propósito de ato discriminatório ocorrido em São Paulo.

DEPUTADOS RICARDO FIÚZA E ODACIR KLEIN, como Líderes da ARENA e do MDB — Solidariedade ao pronunciamento do Sr. Deputado Carlos Santos, de denúncia de ato de racismo praticado no Estado de São Paulo.

DEPUTADO ATHIÉ COURY — Necessidade da construção de ponte sobre o Canal dos Barreiros, ligando São Vicente—Samaritã—SP.

DEPUTADO MILTON FIGUEIREDO — Declaração subscrita por um grupo de Deputados Federais, na qual se manifestam contrariamente a empresas multinacionais, em defesa de postulados que especificam.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Protesto contra calúnia assacada por Vereador de Fortaleza, no que diz respeito à lisura de ato administrativo praticado por S. Ex^a no decorrer de sua gestão à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Depoimento prestado pelo Governador de Santa Catarina na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que apura as causas do empobrecimento dos Estados e Municípios.

DEPUTADO IRANILDO PEREIRA — Apelo ao Conselho Federal de Educação, no sentido do reconhecimento do Curso de Direito da Faculdade do Crato—CE.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00
Tiragem: 3.500 exemplares

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado Odacir Klein, referente à inexistência de *quorum* para prosseguimento da sessão.

2.2.4 — Fala da Presidência

Acolhimento da questão de ordem levantada, adiando para outra oportunidade a apreciação do Projeto de Resolução nº 1, de 1979-CN, que "altera o § 2º do artigo 43, do Regimento Comum do Congresso Nacional", constante da Ordem do Dia.

2.3 — ENCERRAMENTO

ATA DA 155ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ALEXANDRE COSTA

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carneira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nêlio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novais — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Hercúlio — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARE-

NA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado —

ARENA; Aluízio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campós — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 416 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Castro Coimbra.

O SR. CASTRO COIMBRA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É para nós uma grande satisfação termos hoje esta Casa engalanada com a presença da juventude deste nosso Brasil, que veio aqui buscar solução para um problema que já está se tornando crônico.

Já havíamos avisado a todos aqueles que estão nas galerias que a discussão do projeto que diz respeito aos seus interesses será hoje, na parte da tarde, neste plenário.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tive a satisfação de participar da abertura do IX Congresso da Associação Médica Brasileira, que se instalou no dia 12 de agosto em Niterói, e que hoje se encerra. A satisfação foi maior em virtude de ter a Associação Médica Brasileira encampado a luta contra o tabagismo, num programa nacional contra o fumo, que tem como coordenador o Dr. Antônio Pedro Mirra.

Alguns movimentos isolados existiam na classe médica, especialmente, na Associação Médica do Rio Grande do Sul, na Liga Espírito Santense contra a tuberculose, na Sociedade de Pneumologia da Bahia, na Associação Médica do Paraná e outras. Agora, sob a coordenação geral da Associação Médica Brasileira, esses movimentos isolados terão um comando centralizado, o que certamente renderá dividendos.

A hora é difícil, pois assistimos recentemente à queda do Ministro Joseph Califano, da Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos, que a imprensa atribuiu à campanha maquiá que ele desenvolveu contra o hábito de fumar, procurando numa contrapropaganda estabelecer a verdade sobre o hábito.

A maquiá propaganda que as multinacionais do cigarro vêm criminosamente fazendo em todos os veículos de comunicação de massa está corrompendo a juventude.

A Associação Médica Brasileira estará prestando magnífica contribuição à saúde de nosso povo, engajando-se nesta campanha, neste Ano Internacional da Criança, a maior vítima da massificação.

A saúde de nossa população não pode ser vendida às multinacionais, sob nenhuma desculpa, especialmente a econômica. Não aceito que se argumente com IPI, Imposto de Renda, ICM e outros, pois a verdade é bem diferente. Saúde não se vende.

Parabéns à Associação Médica Brasileira, ao seu presidente e diretoria, por ter, em boa hora, cerrado fileiras em favor da saúde de nosso povo.

Esperamos que outras associações de classe, especialmente aquelas relacionadas à educação, e todas as lideranças deste País cerrem fileiras junto a Associação Médica Brasileira nessa campanha que visa, acima de tudo, defender a saúde de nossa população. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

O corpo diplomático dos países árabes homenageou anteontem os senadores e deputados brasileiros de descendência árabe, promovendo, na ocasião, na sede do Clube Naval, um magnífico encontro.

Estavam presentes inúmeros senadores e deputados, bem como os Srs. embaixadores dos países árabes.

Falaram, saudando os homenageados, o Sr. Ali Lakhdari, Embaixador da República da Argélia e decano do Corpo Diplomático Árabe.

Pelos parlamentares falaram o Senador Gabriel Hermes e o Deputado João Hercúlio.

Todos ressaltaram o interesse do povo brasileiro e dos povos árabes em manter e aprofundar o relacionamento recíproco, sublinhando a facilidade de integração dos árabes que se radicaram no Brasil.

Para registro do fato, solicito ao Sr. Presidente a transcrição nos Anais do Congresso Nacional do discurso proferido pelo Sr. Ali Lakhdari, Embaixador da Argélia. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ FREJAT EM SEU DISCURSO.

“Excelência, Senhoras e Senhores,

Meus colegas Embaixadores dos países árabes encarregaram-me de convidá-los para que estejam conosco, esta noite, nesta pequena manifestação de amizade em honra aos membros de origem árabe do Congresso da República Federativa do Brasil.

A presença nesta manifestação de tão ilustres personalidades brasileiras, vindas de horizontes geográficos diversos, sublinha, se for preciso, a capacidade da nação brasileira de acolher e de respeitar as diferenças.

Completando a riqueza e a diversidade humana de Nação Brasileira, que realizou a maravilhosa aventura de fundir, na unidade de uma língua e de uma história, homens vindos de horizontes diferentes, o mundo árabe lembra-se com emoção de seu próprio destino.

Herdeiro físico e espiritual de grandes civilizações do mundo: Sidião, Tir, Byblos, Alep, Damasco, Palmyre, Antiope, Our, Babilônia, Alexandria, Trípoli ou Cartagena, tantos exemplos das grandes civilizações humanas são hoje componentes da Nação Árabe.

Como para o Brasil, a riqueza humana da Nação Árabe é sua diversidade. Como o Brasil, o Mundo Árabe demonstrou singulares qualidades de contato, de intercâmbio e de aproximação, de capacidade de assimilar e de assimilar-se.

Excelências, Membros do Congresso, na Vossa qualidade de eleitos da Nação, a escuta do povo. Vós sabeis quanto é natural e profunda a solidariedade que ressoa nas suas profundezas o povo brasileiro para os povos que, como ele, partiram tarde na corrida para o desenvolvimento, empreenderam-se, contudo, em recuperar o tempo perdido, assegurando seu bem-estar, ocupar ou reocupar seu lugar no concerto das Nações. Esse patriotismo do povo brasileiro, seu amor à independência nacional, o leva, todo, naturalmente, ao respeito do princípio da independência dos Estados e do direito dos povos a dispor de si mesmos — hostil ao racismo; sedento de liberdade e de justiça é por conseguinte, natural que o Brasil, se coloque ao lado da imensa maioria dos povos do mundo para condenar a agressão, o racismo e sustentar os direitos inalienáveis do povo palestino.

Desde então, fica para forjarmos o futuro a imensa potencialidade de nossas duas nações; a grande complementação de nossas economias lhes oferece uma esfera de cooperação infinita.

Se a tarefa de desenvolver as relações entre nossos países cabe, em primeiro lugar, a nossos governos — é normal, é desejável que a fração do povo brasileiro, o ramo no qual o Mundo Árabe se reconhece, ajude ao cumprimento deste imenso e exaltante empreendimento.

Nós devemos tirar do passado a vontade de construir o futuro. E qual a missão mais nobre que a de exaltar a cooperação, de favorecer a aproximação, de assegurar a amizade das duas nações que estão incontestavelmente em compromisso com a história? De nosso lado, nós estamos qualificados a testemunhar dos imensos progressos realizados pelo Brasil e do desenvolvimento considerável de sua economia. Pertence a nossos amigos brasileiros e em primeiro lugar aos que pela língua, pela cultura, pela história e pela civilização sentem-se, talvez, mais ligados ao Mundo Árabe, pertence a esses mesmos cidadãos brasileiros de origem árabe virem, por sua vez constatar que o Mundo Árabe assume hoje sua renascença.

Que hoje como no passado, os árabes tentem tomar a dimensão do mundo, de suas culturas, de suas civilizações e de inscrever-se como fundadores, de assimilar e de se assimilar para o bem da humanidade inteira.

É pensando em tudo o que se pode trazer a nossos povos, a exploração de imensas possibilidades de cooperação que existe entre o Brasil e o Mundo Árabe, que formulo o voto que de nosso encontro desta noite parta um novo impulso para a aproximação de nossas duas Nações.

Excelências, Senhoras e Senhores,

Não me resta mais para concluir que agradecer mais uma vez, ainda, às ilustres personalidades que honraram, com suas presenças, esta manifestação de amizade Brasil-Árabe, e agradecer a todos os nossos amigos que empreenderam longas viagens para virem testemunhar — e fazendo-se, servir ainda mais sua pátria brasileira, a sua vontade de obrar para o triunfo de amizade Árabe-Brasileira."

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

O País assistiu ontem, novamente, um Ministro de Estado comparecer à televisão para fazer ameaças aos trabalhadores; hoje, o Ministro da Justiça volta a reafirmar as mesmas ameaças contra os movimentos grevistas que assolam o País. As ameaças são sempre produto dos governos incompetentes como, diga-se de passagem, o atual é um dos melhores exemplos. Os governos, na impossibilidade de resolverem os problemas na economia e os problemas sociais, vivem sempre na ânsia de atemorizar o povo para que este não faça reivindicações. Não tem nenhuma autoridade o atual Governo para postular que os trabalhadores se mantenham sem fazer greve; o aumento do custo de vida, incalculável e insensível, está arrasando o salário de todos aqueles que têm no trabalho a sua maneira de sustentação. No mês de julho, o aumento do custo de vida chegou a 5,4%, e nesse mês de agosto estamos ameaçados de 5,8%, sem que o Governo do General Figueiredo, Príncipe herdeiro dessa República, tome nenhuma providência, sem que se tome nenhuma medida para diminuir o sacrifício daqueles que vivem de salário. É inconcebível que o Governo ainda se mantenha tão insensível diante da melancólica situação daqueles que têm no trabalho a maneira de sobreviver.

Não adianta discursos bonitos do Presidente; pouco interessa à Nação que o Presidente vá a feira passear; pouco interessa a ginástica exaustiva que o Presidente faça na sua residência para manter a forma física e pouco importa que o Presidente desça para abraçar as criancinhas. O País não quer um relações públicas; o País quer um Presidente da República para nortear o processo econômico e para encontrar soluções para milhões de brasileiros que já passam fome, diante da insensibilidade do modelo econômico adotado.

Agora, diante das agruras do povo brasileiro, demite-se um ministro e nomeia-se; para tentar solucionar os problemas da economia brasileira, o Sr. Delfim Netto, exatamente o mesmo que endividou o País, exatamente o mesmo que é o responsável pelo fracasso econômico brasileiro, pelo endividamento do Brasil, pela entrega das empresas nacionais às multinacionais (muito bem), pelo empobrecimento dos assalariados, pela mentira e pela farsa dos cálculos dos salários.

O Governo está perdendo a respeitabilidade perante a Nação porque não procura soluções concretas para os problemas econômicos, em especial aquele que atinge aos que vivem de salário.

As greves são consequência do modelo econômico; durante 15 anos os assalariados viveram sacrificados, e sobre eles se constituiu a mentira e a farsa do milagre brasileiro. O milagre foi milhões de brasileiros conseguirem suportar e sobreviver a salários miseráveis e aumentos consequentes do custo de vida.

É por isso, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários desta Casa, que um Governo dessa natureza não pode ter a respeitabilidade popular, especialmente agora, quando voltam para os Ministérios os mesmos que são os responsáveis pelo fracasso econômico do País. Não há nenhuma perspectiva, não há nenhuma tentativa de solução. Só quem aplaudiu a volta do Sr. Ministro Delfim Netto foram as multinacionais e os portadores e, conseqüentemente, a ARENA que está aqui nesta Casa sempre para bater palmas aos atos do Governo, porque ela não oferece, sequer, uma contribuição para sairmos da grave crise econômica e social em que vivemos. A volta do Sr. Ministro Delfim Netto é a volta dos mesmos, os mesmos que sacrificaram a Nação e que voltam, agora, para completar o seu trabalho. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje, a Câmara dos Deputados irá votar o projeto que regulamenta a profissão dos biomédicos. Desde 1975 que esse projeto está tramitando por esta Casa: foi aprovado, foi ao Senado, houve um substitutivo. Muitos colegas novos não conhecem a tramitação desse projeto e não sabem que, quando estava na Câmara, houve uma concessão para os farmacêuticos — tirou-se uma atribuição que estava colocada para os biomédicos. Quando foi para o Senado, houve outra concessão — tirou-se outra das suas atribuições e, agora, querem fazer um destaque, tirando Análises Clínicas, a única coisa que o biomédico pode fazer sozinho.

Queremos lembrar aos colegas que estão presentes, que estão ouvindo nos seus gabinetes este nosso pronunciamento, que o argumento utilizado, de que os farmacêuticos estudam mais matérias do que os biomédicos, falha. Não interessa o número de matérias que estudem. Interessa o número de matérias relativas ao exercício da profissão. Nesse caso, o engenheiro estuda muito mais matérias do que o farmacêutico, e não é por isso que vamos mandar o engenheiro fazer Laboratório de Análises Clínicas, nem dirigir farmácia. O que interessa saber é que os biomédicos têm capacitação profissional para exercer Análises Clínicas, porque estudam as matérias relativas a isto, ou seja, Microbiologia, Fisiologia, Histologia, Parasitologia, Farmacologia, Citologia e Laboratório de Análises.

Sr. Presidente, outro assunto é o seguinte: dizem que não se pode regulamentar esta profissão, porque as escolas são escolas de beira de estrada, são arapucas. Ora, o que dói na gente é a mentira; que os farmacêuticos defendam a sua causa está certo, mas que mintam, isto não é possível.

Eu quero ler, para que todos colegas saibam, os nomes das quinze Faculdades de Biomedicina existentes no Brasil, das quais onze são do Governo e quatro, apenas, particulares: Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Botucatu, Universidade de Ribeirão Preto, da Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade Estadual de Araras, da Universidade de São Paulo (Estadual), Escola Paulista de Medicina (Estadual) e Universidade Estadual de Londrina, no Paraná.

As quatro particulares existentes em São Paulo são estas: Faculdade Barão de Mauá, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade Metodista de Piracicaba e Faculdade de Santo Amaro.

Sr. Presidente, quantas faculdades particulares de Farmácia, existem no Brasil? Quantas de Direito? Existem Faculdades de Direito que nós sabemos por aí que são arapucas, mas não é por isto que nós impedimos que os advogados continuassem a advogar, e não é por isto que foi regulamentada a profissão deles. O problema é outro. É preciso que os colegas saibam que não é possível ser aceito, hoje, o destaque, porque se retirar a oportunidade dos biomédicos de realizarem análises de laboratório, para os quais estão classificados, eles nada mais terão que fazer.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodorico Ferraço.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em nome da comunidade capixaba, é com grande satisfação que hoje registro o transcurso, do cinquentenário de fundação da empresa Chocolates Garoto S.A., sediada em Vila Velha.

Trata-se de iniciativa pioneira e arrojada, que frutificou à conta do gênio empreendedor e à capacidade empresarial do imigrante alemão Henrique Meyerfreund e de toda uma família germano-brasileira dele descendente, que se integrou à vida e aos destinos do Brasil.

Sob a antiga razão social "H. Meyerfreund e Companhia", surgia a 16 de agosto de 1929 o incipiente estabelecimento que incorporou as instalações de uma pequena fábrica de balas pertencente a Inácio Hygino.

Criada sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, assim permaneceu até 1962, quando passou a constituir uma sociedade anônima sob o controle acionário de membros da família Meyerfreund.

Dispondo inicialmente apenas de equipamentos manuais, na maior parte construídos ou adaptados pelo próprio H. Meyerfreund, logrou a empresa, não obstante, vencer galhardamente etapas e épocas difíceis, mormente durante a crise subsequente à II Guerra Mundial.

Sob a direção firme e a vocação empresarial de seu fundador, a experiência amadureceu e se consolidou, constituindo-se logo uma vigorosa de-

monstração da força de trabalho da gente espírito-santense em profícua associação com o capital, a técnica e o tino administrativo de operosa família.

Ocupando uma área construída de 25 mil metros quadrados, Chocolates Garoto é a maior empresa instalada no Município de Vila Velha, utilizando maquinário sofisticado, que a coloca em condições competitivas com as maiores organizações produtoras de derivados de cacau no País.

Prepara-se, aliás, para atingir novas metas de expansão industrial, com a montagem em ritmo acelerado das novas instalações, que vão propiciar considerável aumento da produção, ainda no corrente ano.

Acham-se em operação cerca de 600 máquinas de controle automatizado, com capacidade de beneficiar 792 toneladas/mês de cacau, procedentes em grande parte da região baiana de Itabuna e Ilheus e de outros pontos do território espírito-santense; são processadas também nada menos que 240 toneladas de açúcar e 26 toneladas de castanhas de caju, além de desnatar 90 toneladas de leite em pó mensalmente.

A Chocolates Garoto S.A. marca sua presença não só no mercado consumidor interno como, principalmente, no esforço nacional em apoio à política de exportação, valendo-se a tanto de bem conduzido sistema de *marketing*, com escritórios regionais de venda em Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro, e intensa publicidade que ressalta os rígidos controles de qualidade dos produtos.

Seu balanço de 1978 registrou vendas ao exterior no montante de 15,5 milhões de dólares, com um crescimento nominal de 69% e real de 27% em relação a 1977. A produção global alcança 80 toneladas/dia de chocolate e produtos afins, como a manteiga e a torta de cacau, que, em maior parte — cerca de 90% ou 72 toneladas — se dirige ao mercado externo.

Outro dado que atesta o efeito multiplicador da atuação dessa empresa sobre a economia capixaba se prende exatamente à geração de empregos e às conquistas sociais asseguradas ao seu pessoal.

Contam-se atualmente 1.200 operários e técnicos, com um salário médio de Cr\$ 6.200,00, além de participarem da distribuição de lucros que, em 1978, globalizou Cr\$ 5,5 milhões.

Por derradeiro, é de justiça consignar um voto de louvor à cinquentenária organização, sua diretoria e operariado, com os aplausos à família Meyerfreund pela manutenção da sábia política inspirada pelo fundador ancestral, de um lado a busca de contínuo crescimento da empresa — medido nos sucessivos aumentos de capital, de outro a socialização dos resultados — através de modelar assistência social, condições de segurança e higiene do trabalho e a participação nos lucros, que oferece indistintamente a todos os empregados.

Congratulo-me enfim, com o Sr. Helmut Meyerfreund, atual presidente e continuador da tradição empresarial familiar, e o seu saudoso progenitor personalidade laureada em nosso Estado, inclusive com o título de Cidadão Espírito-Santense, que lhe foi outorgado pela Assembléia Legislativa por minha iniciativa, quando ainda integrava aquela Augusta Casa.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Santillo.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia 14, próximo passado, por volta das 20,00 horas, o estudante Luís Carlos Orro de Freitas, Presidente do Diretório Setorial de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal de Goiás, quando saía do Jornal *O Popular*, onde trabalha, em Goiânia, para fazer uma visita ao seu pai, foi preso, praticamente seqüestrado, por elementos da polícia ligados à Segurança Pública do nosso Estado, por elemento do DOPS, de Goiás, e até o presente instante ainda se encontra preso.

A informação prestada pela Secretaria de Segurança Pública é de que Luís Carlos de Freitas é um agitador, já bastante conhecido em Goiânia, e com várias passagens pela polícia, inclusive pela polícia Federal.

O que não é verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Ele jamais foi preso e jamais teve qualquer passagem por qualquer delegacia daquele Estado ou em qualquer outro setor do nosso País.

A verdade é que no dia 14, pela manhã, foi realizado um ato público, lá na Universidade Federal de Goiás, no *Campus* Universitário, em favor da anistia, ampla, geral e irrestrita. Ato ao qual compareceram os estudantes presentes à Universidade naquele instante, e do qual tive a honra de participar ao lado do Senador Henrique Santillo.

Na verdade, Luís Carlos Orro de Freitas, naquela oportunidade, não usou da palavra, mas a Polícia da Segurança Pública Estadual de Goiás, para amedrontar e querendo levar a intimidação, pelo menos, até psicológica, ao estudando, fez um verdadeiro cordão de isolamento em torno de

todo o *Campus* Universitário, tentando com isso fazer com que a manifestação se transformasse em fracasso, o que não ocorreu, graças ao espírito democrático e libertário do estudantado goiano.

Os estudantes ligados ao setor de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás estão em greve, em greve permanente, em frente à Catedral Metropolitana de Goiânia.

Nós queremos, neste instante, Sr. Presidente, chamar a atenção das autoridades do nosso Estado e, principalmente, das autoridades federais, para que evitem essa radicalização, para que evitem também essas manifestações que estão acima de tudo visando transformar o ambiente no pior possível, estão fazendo verdadeiras provocações.

A prisão deste estudante em Goiânia é um ato altamente provocativo, não instante em que o Governo envia para esta Casa uma anistia parcial, em que a sociedade toda está a exigir a anistia ampla, geral e irrestrita, para a pacificação da família brasileira, para o esquecimento, para passar uma borraça em tudo aquilo que de arbitrário e prepotente se passou neste País nestes últimos 15 anos, neste instante em que a sociedade quer realmente se reintegrar, em que aqueles jovens que participaram inclusive de movimentos armados estão aí, fazendo uma nova opção na sua vida, querendo voltar ao convívio social para se reintegrar através dos partidos políticos que serão formados, nós assistimos em Goiás a Secretaria de Segurança Pública, num ato que é uma ofensa e, acima de tudo, provocativo e que quer acirrar os ânimos naquele Estado.

Chamamos a atenção do Governo Federal para que ele tome as providências imediatas, e que o Governo de Goiás, através da Segurança Pública, não use de artifício, não use de difamação e calúnia para satisfazer os seus próprios intentos; tem que assumir a responsabilidade.

O estudante Luís Carlos Orro de Freitas foi preso em Goiânia, dia 14, porque participou do ato em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, numa ação provocativa da Segurança Pública ao prender o Presidente daquele setor da Universidade Federal de Goiás.

A sociedade brasileira não pode mais aceitar essa provocação, Sr. Presidente; devemos colocar um basta a este sistema obscurantista que tomou conta do País nestes 15 anos.

E, por isso, aqui estamos lavrando o mais veemente protesto contra esta atitude provocativa da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

E o General João Baptista Figueiredo que assuma o comando da Pátria, porque, na verdade, os radicais de direita estão aí a provocar. Ele tem a obrigação, se é que realmente é do seu interesse a pacificação da família brasileira, de conter os radicais de direita, porque estes estão aí a fazer provocações de todo tipo.

Fica aqui lavrado o nosso protesto, Sr. Presidente, e a certeza que as medidas deverão ser tomadas no dia de hoje, para que o estudante possa voltar ao seu convívio, para que ele possa voltar à liberdade e que seja este o último ato provocativo, porque, na verdade, a radicalização de direita nada constrói. O Governo tem que compreender a situação grave por que passa a Nação e não pode aceitar que os seus provocadores continuem fazendo arbitrariedades.

Esperamos, pois, se é que é da intenção do General João Baptista Figueiredo realmente levar avante o seu projeto de distensão, que ele ponha um ponto final nisto, porque, caso contrário, nós não vamos ter a pacificação da família brasileira e vamos ter a radicalização de todo tipo, porque, na verdade, o povo quer a solução para os problemas que aí estão, e não é com prisão de um estudante que o Governo vai conseguir tolher a marcha do povo. O povo quer liberdade, o povo quer participar, o País é nosso. Portanto, o Brasil é dos brasileiros, e nós temos a certeza absoluta de que os brasileiros haverão de fazer desta Pátria uma democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bezerra de Melo.

O SR. BEZERRA DE MELO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É imperioso que esta Casa vote o projeto que regulamenta a profissão de biomédico, e entre as inúmeras razões que poderia aduzir, quis alinhar apenas três.

Em primeiro lugar, os cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas (modalidade médica) existem, autorizados e reconhecidos há muitos anos, ou seja, desde 1966, quando o Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer nº 571/66, e, mais precisamente, a partir da Resolução nº 107/69, daquele mesmo Colegiado, aperfeiçoando e consolidando o aludido parecer.

Autorizados e reconhecidos os cursos citados, principalmente nos grandes centros, onde mais se fazia sentir a falta de pessoal docente habilitado para os cursos básicos da Medicina ou da área de saúde e, mais ainda, a ausência de mão-de-obra paramédica para funções especializadas, tais como manuseio da sofisticada instrumentação e aparelhagem altamente complexa, exames radiológicos, exames clínico-laboratoriais, etc., ocorreu um significativo número de alunos confiantes em que a nova profissão que abraçavam contava com total e irrestrito apoio do Governo.

Ora, Sr. Presidente, tramitam nesta Casa, desde 1975, projetos que visam a dar um tratamento justo e adequado ao assunto. Entretanto, passados já quatro anos, ainda não se chegou a uma solução satisfatória, capaz de trazer a tranqüilidade a esta sofrida classe que vem lutando desesperadamente por um desfecho feliz.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o número de jovens formados e por se formar já ultrapassa a casa dos 12 mil, o que torna a situação desta classe extremamente difícil e a sua sobrevivência insustentável, face aos reiterados bloqueios e adiamentos na votação da matéria. Dias, noites, meses e anos se passaram, cresce a angústia desta mocidade estudantil desejosa, Sr. Presidente, de trazer a sua contribuição para ajudar na solução dos problemas de saúde.

Infelizmente, a sua luta não logrou êxito até hoje. Precisamos — é urgente, é questão de humanidade — dar um crédito de confiança a esta pleiade ardorosa que bate as nossas portas e alegria a nossa Casa, e que aqui vem não para pressionar, mas para acompanhar de perto os seus interesses.

Por último, Sr. Presidente, um País com mais de cem milhões de brasileiros, com problemas agudos e crônicos de saúde, não pode dispensar a valiosíssima contribuição que a classe biomédica quer dar à saúde de sua população, engrossando a fila de profissionais da área de saúde que labutam neste campo importantíssimo.

Ao se dar crédito às acusações que se vêm fazendo contra os biomédicos, parece até que sua presença no campo da medicina representa um perigo para a saúde nacional, como se pudéssemos nos dar ao luxo, num País deste tamanho e com tantos problemas, de dispensar a colaboração preciosa de uma mão-de-obra altamente especializada.

Nem se diga, Sr. Presidente, que o currículo das faculdades de ciências biomédicas do País não atende aos requisitos indispensáveis para as atribuições que o projeto ora em votação concede aos biomédicos.

É falsa, Sr. Presidente, a acusação de que o currículo dos biomédicos não lhes dá condições de realizar exames clínico-laboratoriais e bromatológicos. Não só, Sr. Presidente, em qualquer curso de biomédica são lecionadas as disciplinas que preparam os alunos para agir com total capacidade em tal campo, mas são os mesmos obrigados a fazer estágios de um ano em laboratórios clínicos, orientados e supervisionados por pessoal altamente capacitado.

Nestes termos, Sr. Presidente, convocamos os nossos colegas para a tarde de hoje, decisiva para os nossos queridos biomédicos, aqui presentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vamos viver hoje, realmente, uma tarde difícil, e difícil não para a Bancada do MDB, mas difícil para o Congresso Nacional, difícil para esta Casa, que é a de assumir uma posição correta diante do fato a ser analisado e votado logo mais.

Acho que a questão não se fundamenta tão-somente em se votar a favor dos biomédicos ou a favor dos farmacêuticos. A questão é de natureza política.

O regime de 1964, incapaz de resolver os problemas nacionais, incapaz, por exemplo, de criar espaços para o exercício profissional de camadas significativas da população brasileira, como é o caso dos farmacêuticos, mantendo essa área de importância fundamental para a vida do seu povo nas mãos das multinacionais, evidentemente que o regime, não podendo resolver a questão e não podendo resolver o problema do ensino, que é grave e que se agrava a cada instante, está atendendo aos interesses de parlamentares, de homens que vêm aqui para representar os interesses do povo e terminam se

tornando advogados de interesses pessoais grandiosos, interesses esses que, se analisarmos bem, vão afetar a vida da Nação brasileira.

Temos, por exemplo, hoje, nesta questão, pessoas com mandato nesta Casa, próximos ao sistema, e que são proprietários de unidades de ensino superior na área biomédica.

Então, acho que esta Casa não pode simplesmente aceitar a proposta que alguns congressistas fazem, de se votar, sem uma análise desta questão.

É preciso saber onde o Governo está se situando, se o Governo está transformando a Nação em parte de interesses de grupos, e de grupos pequenos, que estão ligados a ele, de grupos que estão na liderança do próprio Governo na Casa, do Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, acho que os parlamentares devem, nesta tarde, fazer uma análise mais séria da questão, buscar meios que atendam às reivindicações, não apenas dos estudantes que aqui estão, mas às reivindicações da Nação brasileira, que está a pedir que os seus profissionais sejam melhor formados, que tenham um melhor ambiente de ensino, porque o regime de 64 não se limitou a degradar apenas a política nacional. Degradou a tudo, desde as escolas ao Congresso. Amesquinhou a população brasileira, amesquinhou, inclusive, o prestígio político da nossa Nação. Essa questão há de ser analisada, também, dentro do contexto da ditadura, dentro do contexto do regime que serve a interesses nacionais e permite que setores significativos da população entrem em choque, como ocorre nesse instante, nos corredores do Congresso Nacional, quando grupos de universitários vêm aqui, cada qual no seu direito legítimo de reivindicar melhores condições para si, mas que, no fundo, dão a nota triste, não por terem vindo, mas por estarem checando, com esse comportamento, o regime que os colocou nessa dificuldade.

É bom que o Congresso Nacional sinta esta pressão. Pena que os estudantes de ambas as unidades, de ambos os setores, de ambos os campos profissionais, não tenham feito, neste plenário ou nos plenários das comissões técnicas, não tenham feito assembleias em conjunto, para mostrarem o regime, para mostrarem a ditadura, como o regime se comporta diante dos interesses mais elevados do povo brasileiro, colocando a Casa do povo numa situação crítica. Quero ver, por exemplo, como a Bancada da ARENA vai se comportar, na tarde de hoje: se ela vai votar a favor dos biomédicos, apenas porque pessoas ligadas ao General João Baptista Figueiredo são proprietárias de faculdades desse campo, ou se a Bancada da ARENA vai, na verdade, liberar, pelo menos, os seus componentes, para que eles atuem em função dos interesses nacionais, portanto, analisando mais friamente, de maneira mais cautelosa, essa questão que é grave.

Há alguns destaques requeridos por membros, tanto da Bancada da ARENA como da Bancada do MDB. E destaques, parece-me, que atendem às reivindicações imediatas dos grupos que estão hoje no Congresso Nacional. Será bom que ambas as Bancadas, e mais acentuadamente a Bancada da ARENA, comecem a se preocupar e analisar esses destaques, para que o defeito do sistema, as falhas do sistema, o comprometimento do sistema com os interesses alienígenas não recaiam sobre esta Casa. Ela não deve, mais uma vez, arcar com o ônus do erro do regime ditatorial, ela não deve, a Casa, como um todo, não deve aceitar, não deve votar, como desejam determinadas figuras que atuam na área do Governo e que monopolizam o ensino, sobretudo essas figuras que advogam o ensino pago. Há esta grande contradição: se todos nós defendemos o ensino gratuito, porque é a obrigação da Nação investir nessa área, para permitir, inclusive, o seu fortalecimento, o seu preparo para enfrentar a vida moderna, não podemos aceitar que os pregoeiros do ensino pago, eles, que vivem dessa indústria, consigam jogar suas ambições dentro do Congresso Nacional, desgastando a Casa de representação popular.

Eram estas, Sr. Presidente, as nossas preocupações e, sobretudo, a nossa advertência de que devemos, neste instante, ter muita cautela porque o assunto envolve, na verdade, o interesse nacional, a saúde pública e não podemos admitir que uma questão como esta seja discutida e votada no Congresso Nacional a nível apenas dos interesses daqueles que à sombra do sistema, financiados por ele, incentivados por ele, montaram neste País as famosas indústrias sem chaminé do ensino ruim a que este País foi levado pelo sistema ditatorial de 64. (Muito bem!)

O Sr. Ricardo Fiúza (ARENA — PE) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Fiúza, como Líder, para uma comunicação.

O SR. RICARDO FIÚZA (ARENA — PE. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Liderança da Maioria, nesta Casa, não pretendia se ocupar, na sessão do Congresso, a respeito do projeto regulamentando a profissão de biomédi-

co. Em face de tão polêmico assunto, resolvo repelir com veemência as colocações feitas pelo nobre Deputado Elquisson Soares. S. Ex^a faz referências ou procura fazer insinuações de que a Maioria, de que a Aliança Renovadora Nacional ou o próprio Governo seriam levados a tomar posições em função de interesses ou ligações pessoais de que quem quer que seja, muito menos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Sabe muito bem. V. Ex^a, Sr. Presidente, que esse projeto é extremamente polêmico, porque envolve interesses de duas categorias profissionais, laboriosas, capazes, de jovens estudantes que frequentaram a Universidade. E a Liderança da ARENA continua a estudar o assunto com a maior seriedade; com a maior profundidade, para que, hoje à tarde, emita o seu parecer, oriente os seus liderados. Ainda não existe uma definição a respeito do programa, o que não significa, Sr. Presidente, insegurança. Muito pelo contrário, traduz a preocupação com que a Liderança da ARENA encara o projeto, para que seja encontrada uma forma que realmente compatibilize os interesses das duas categorias que lutam por melhores condições de trabalho, pelo alargamento das suas fronteiras profissionais.

O Deputado Elquisson Soares faz uma colocação das mais injustas quando sobe à tribuna com o interesse exclusivo de posar para a platéia, não trazendo nenhuma contribuição substancial e nenhuma definição ao projeto, deixando claramente expresso, porque não analisou sequer um item da matéria em discussão, que procurou fixar exclusivamente uma colocação política, tendenciosa, como se a Liderança da Maioria fosse levada por interesses outros senão o de compatibilizar, de dotar o País de uma legislação cada vez mais justa e cada vez mais eficiente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Odacir Klein (MDB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação em nome da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra V. Ex^a para uma comunicação, após o que concederei a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Antônio Carlos.

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs., Congressistas:

A Liderança do MDB na Câmara dos Deputados espera que, efetivamente, a Liderança da Bancada majoritária, libere os seus integrantes para votação, hoje à tarde, dessa matéria polêmica. Se assim agir, estará demonstrando que não conchavou e que não está defendendo interesse de pessoas vinculadas à liderança, inclusive no Senado, da bancada majoritária e que defende os interesses de faculdades de biomedicina.

O que ocorre, no entanto, Sr. Presidente — e isto é indelével — é que o Congresso Nacional, hoje, tem que solucionar um problema que não criou. Ocorre que o Ministério da Educação, no passado, autorizou a criação de cursos e preocupou-se com a regulamentação profissional somente agora, quando já existem pessoas formadas, quando milhares de pessoas estão frequentando esses cursos. Ocorreu, na oportunidade, um ato leviano — a criação de cursos. E, agora, o Congresso Nacional tem que solucionar o problema. E, aja como agir, hoje à tarde, eu tenho certeza que irá cometer injustiças com relação a um ou outro grupo. (Muito bem! Palmas.)

Se o Congresso Nacional não aprovar os destaques requeridos — alguns dos destaques, pelo menos — estará cometendo injustiça em relação aos farmacêuticos e bioquímicos. Se aprovar os destaques, estará, talvez, sendo injusto com aqueles que de boa fé, confiando num Governo forte, cursaram a Biomedicina, se formaram ou ainda estão frequentando o curso e, agora, poderão ficar com as suas atribuições muito limitadas.

O Congresso Nacional não concorreu para criar essa situação. O Congresso Nacional no entanto, hoje, através da Câmara dos Deputados, deverá altivamente, talvez até salomonicamente, buscar uma solução criada, infelizmente, pelo fato de, com leviandade, terem sido criados esses cursos, na oportunidade, para solucionar problema dos excedentes da Medicina.

Nós esperamos, Sr. Presidente que, efetivamente, a Liderança da Maioria libere os seus liderados, para que possam votar de acordo com as suas consciências e se busque uma solução, que tenho certeza, infelizmente, com o problema criado pelo Executivo, será injusta para um ou para outro grupo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (MDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Após as colocações do Deputado Odacir Klein, quase que seria dispensável a nossa participação. Apenas para corroborar as palavras do Deputado Elquisson Soares e lembrar ao nobre Líder da Maioria, nesta oportunidade, Deputado Ricardo Fiúza, de que a Liderança da ARENA talvez não tenha

informado ao nobre Líder, que já tomou uma decisão, porque, há poucos instantes, nos informava, aqui atrás, o Deputado Dasso Coimbra, que a Liderança da ARENA já tem uma posição tomada e que votará contra os destaques, portanto, de acordo com a informação dada pelo Deputado Elquisson Soares, daquela tribuna.

Queremos corroborar, Sr. Presidente, as afirmações do Deputado Odacir Klein, de que, qualquer que seja a decisão — e ela já está tomada de antemão, caso haja *quorum* — será uma injustiça, desta forma, contra os farmacêuticos, que terão a invadir-lhe o campo de trabalho profissionais não, praticamente, preparados para o exercício. Será uma injustiça contra os biomédicos, que estarão concorrendo num mercado árduo, sem terem essas mesmas condições. Será uma injustiça contra a população brasileira, que estará correndo o risco seriíssimo no tratamento de sua saúde. Será uma injustiça contra este Congresso, como frisou o Deputado Odacir Klein, que estará decidindo numa posição difícilíssima, sabendo que comete uma injustiça.

Ontem nós tivemos a oportunidade de, numa tentativa quase que desesperada de encontrar uma solução, conversar com os Deputados Freitas Nobre, da Liderança do MDB, e Nelson Marchezan, da Liderança da ARENA, quando fizemos uma proposta que, em princípio, foi aceita pelos dois líderes, é que aqui queremos reiterá-la e encarecer ao Deputado Ricardo Fiúza que, mais uma vez, interceda junto à Liderança do seu Partido que nós faremos o mesmo junto à Liderança do MDB, porque cremos que, a esta altura, a única posição viável de resolvermos o problema seria a de as Lideranças, em comum acordo, com todo o respeito e com todo reconhecimento que temos aos sacrifícios, às noites perdidas de sono, mal dormidas, aos gastos financeiros, que oneram a centenas de milhares, talvez, de estudantes que se encontram em Brasília, propor um adiamento por 20 dias, prazo no qual os Ministérios de Saúde, Educação e de Previdência Social, sejam ouvidos, e que o Executivo assuma também a sua parcela de responsabilidade, na elaboração de um outro projeto que, tenho certeza absoluta, com a participação dos representantes das áreas específicas, de Biologia, Farmácia e Biomedicina, com os Ministérios, com os representantes do povo nesta Casa, nós possamos elaborar um outro projeto, em lugar desse projeto falho para qualquer lado. Nós teremos, portanto, uma proposta séria, adequada e que virá atender aos anseios de todos esses jovens do Brasil inteiro, porque não são apenas os que aqui se encontram.

Fica então, Sr. Presidente, a nossa proposta nesse sentido, encarecendo aos estudantes de Farmácia, de Biomedicina, que tenham paciência por mais uns 15 dias, que a Liderança da ARENA e do MDB tenham condições de evitar que se cometa, nesta oportunidade, uma injustiça contra a Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 1, de 1979-CN, que altera o § 2º do artigo 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, ofícios que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

Brasília, 16 de agosto de 1979

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Gastão Müller, pelo nobre Sr. Senador Bernardino Viana, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1979, que "altera o artigo 36 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Saldanha Derzi, Vice-Líder da Maioria, no exercício da Liderança.

Brasília, 16 de agosto de 1979

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores José Lins e Helvídio Nunes, pelos nobres Srs. Senadores Mendes Canale e Gabriel Hermes, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1979, que "Institui a Justiça Agrária".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Saldanha Derzi**, Vice-Líder da Maioria, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 59, de 1979-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.681, de 7 de maio de 1979, que altera a alínea i, do item II, do artigo 13, da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

O Sr. Odacir Klein (MDB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein, Líder da Minoria, para encaminhar a votação.

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Liderança da Oposição, na Câmara dos Deputados, deseja, neste encaminhamento de votação, posicionar-se contra esse Decreto-lei.

Ocorre, Sr. Presidente, que no País dos contratos de risco, no País da busca de soluções para a crise do petróleo, esse Projeto de lei propõe a retirada de recursos da PETROBRÁS, recursos destinados à pesquisa na plataforma continental brasileira e na extração de xisto betuminoso, para transferi-los para o duvidoso Programa Nuclear Brasileiro, através da NUCLEBRÁS.

Recursos substanciais, recursos de monta, transferidos de um setor deficiente, qual seja, o da exploração da plataforma continental, qual seja, a atividade no setor do xisto betuminoso, para que sejam entregues ao setor do Programa Nuclear Brasileiro, que para nós é duvidoso e que tem recebido a nossa contestação, inclusive, porque nos parece que não pode receber esses recursos, prejudicando a PETROBRÁS. Por isso a Bancada do MDB, que já não compareceu à votação da Comissão Mista, posiciona-se contra a aprovação deste Decreto-lei, porque entende que ele prejudica os interesses nacionais, porque entende que, no País dos Contratos de Risco, não é concebível que se retirem esses recursos da PETROBRÁS, exatamente, da área de pesquisa na plataforma continental e da extração de óleo de xisto betuminoso. E, principalmente, porque tira da PETROBRÁS e transfere para o duvidoso, para o questionável, para o contestável Programa Nuclear Brasileiro.

O nosso posicionamento, Sr. Presidente, é contra a aprovação desse Decreto-lei. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Fiuza, Líder da Maioria, para encaminhar a votação.

O SR. RICARDO FIUZA (ARENA — PE. Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Minoria, nesta manhã, mais uma vez, posiciona-se, de forma radical, certamente por ter analisado de maneira superficial o Parecer nº 59 que analisa a Mensagem nº 48.

Sr. Presidente, paradoxalmente a Minoria se manifesta contra a alocação de recursos para o setor de energia nuclear.

Diz a Minoria, Sr. Presidente, que esses recursos estão saindo da exploração, da pesquisa e da prospecção da plataforma marítima e da plataforma continental pela PETROBRÁS.

Sr. Presidente, temos em mãos o parecer do relator, onde, textualmente, diz que, no Simpósio de Minas e Energia, feito na Câmara dos Deputados, os diretores da PETROBRÁS, textualmente, disseram que a subdivisão dessa alíquota não traria prejuízo à exploração de petróleo, porque a empresa detém, atualmente, recursos próprios suficientes para o programa ao qual se dedica.

Veja, Sr. Presidente, quando se fala sobre programa nuclear a Minoria não tem poupado críticas, ao que dizem ser falta de preparação de mão-de-obra e tecnologia própria.

Os recursos a serem destinados ao Programa Nuclear 150 milhões são destinados à pesquisa científica, Sr. Presidente. Esta alíquota de 5% que hoje é subdividida e que incide sobre os combustíveis de petróleo, gás liquefeito, será distribuída para a NUCLEBRÁS, Comissão Nacional de Energia Nuclear, ELETROBRÁS, que repassará para a sua subsidiária — FURNAS — 1 bilhão 650 milhões de cruzeiros. E a PETROBRÁS, ainda desta alíquota, Sr. Presidente, receberá soma de 1 bilhão 430 milhões de cruzeiros.

Na realidade, Sr. Presidente, sabemos que precisamos partir para todas as alternativas de fontes energéticas que possamos dispor no País, para fazer face não somente ao problema de petróleo, não somente a problemas de combustíveis especificamente, mas ao problema global de energia neste País.

E todas as Nações do mundo sabem que a médio prazo só a energia nuclear poderá vir a suprir esta lacuna.

Sr. Presidente, com estas breves explicações a Liderança da Maioria votará pela aprovação do presente projeto de lei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Não havendo mais quem queira usar da palavra, coloco em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Odacir Klein (MDB — RS) — Peço que registre o voto do MDB contrário.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Deferido o pedido de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 63, de 1979-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.682, de 7 de maio de 1979, que reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, assegura manutenção e utilização de crédito, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de decreto legislativo que vêm de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 156ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1979

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 9ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES.

Às 19 horas e 10 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Curreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélcio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Morais — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingi Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira

— ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dáso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim

— MDB; Edilson Lamiartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Hercúlio — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefahini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco —

MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 416 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Santos.

O SR. CARLOS SANTOS (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Se alguém, folheando os Anais deste Congresso, buscasse fixar no temário que aqui se desdobra, a maior ou menor influência, predominância, marcante ou não, do racismo no bojo das cogitações dos nobres parlamentares, que sobremodo aqui dignificam a representação brasileira, esse alguém, por certo, constataria, na escassez da incidência do assunto neste plenário, a minha persistência em trazer para a elevada consideração dos nobres pares a realidade do negro brasileiro. Homem oriundo das camadas mais humildes da sociedade, de infância diluída no mundo sem sol dos marginalismos econômicos, tive, é bem verdade, como compensação altamente gratificante, o berço pobre e o madrugar da existência materialmente paupérrima iluminados pelos fulgores imarcescíveis da fé, da doce incompreensibilidade da fé, soberba herança daquela criatura admirável que eu aprendi a reverenciar como a mais bela e santa, sublime e nobre de todas as mães.

Dessa formação espiritual é que, ao longo dos anos, eu recolhi todo o calor humano com que retemperarei as cadeias que me vinculam sempre e sempre me vincularão às minhas humildes origens, inspirando-me, assim, essa quase obsessão com que não raro tenho trazido e abordado, nesta Casa, o drama da negritude patriciã. Apenas por isso. Não sou racista; não alimento qualquer resquício de restrição a grupos constitutivos de outras etnias; não me fascinam os acones do jacobinismo no fervor do meu culto à História, gloriosa de uma raça que deu de si tudo: ternura, sensibilidade humana, poder emotivo, amor ao trabalho, sacrifício, renúncia, compensação, e, sobretudo, amor, sua quinta-essência da expressão, amor como contribuição decisiva para a formação da nacionalidade brasileira.

Daí a inconformidade que em mim explode em arroubos de indignação cívica contra as manifestações racistóides que aqui e ali, de quando em vez, repontam entre nós, ao arrepio do mandamento expresso da Carta Magna, que proclama igualdade de todos perante a lei, apesar do guante punitivo do diploma feito para reprimir as abjeções doentias do racismo, ou seja, a Lei Afonso Arinos.

E esse sentimento de revolta contra as manifestações preconceituosas com que se atinge a própria alma da Pátria, resulta do orgulho cívico que tenho da minha linhagem, que se resguarda plena, não encontra na exaltação que sacode o Mundo dos Direitos da Pessoa Humana ou dos sagrados Direitos do Homem, deveria engalanar-se com o conceito universal e receber a unção do mais alto respeito que a verdade evangélica consagra e que faz de cada homem, qualquer que seja sua origem, a sua raça e a sua classe, imagem e semelhança do próprio Deus.

Tão-somente por isso, Sr. Presidente, é que sob o impulso da mais justificada e sadia solidariedade de sangue, não raro ocupo a tribuna do Congresso trazendo como assunto o problema do negro brasileiro, problema que o Governo insiste em manter como tabu, preferindo quase ignorá-lo, mas que, ao contrário, deveria ser permanente e aberta preocupação oficial, disposição escancarada de combatê-lo com eficácia, como imperativo até da própria unidade da Pátria.

Hoje, em rápido registro, trago para conhecimento do Congresso, e rogo a V. Ex^a, Sr. Presidente, se digne considerar como parte integrante do meu pronunciamento um bem lançado sueto do conceituado órgão *Folha da Tarde*, de São Paulo, desta data, trazendo como título "Racismo às Claras".

É o triste relato, Sr. Presidente, de uma mulher negra, embora diamantizada pelos fulgores da condição de advogada, de cultura do Direito, no foro do grande Estado bandeirante, que é trancada, e é barrada de entrar num elevador de um grande prédio daquela Capital, apesar de negra paladina do Direito, apesar de negra arauta da lei! Tão-só pelo colorido ebanizado da sua epiderme, foi estupidamente impedida de entrar num elevador de um edifício de São Paulo.

Aqui está o fato, Sr. Presidente, e, junto a ele, o meu mais veemente protesto.

Que a clarividência do nosso espírito de brasilidade possa cada vez mais nutrir o repúdio do povo brasileiro contra essas manifestações revoltantes de doentio atavismo, a fim de que possamos assistir não a um espetáculo humilhante de uma negra advogada não poder entrar no ascensor de um edifício, mas, sim, a apoteose soberba de brancos e pretos, homens de todas as cores, brasileiros todos, todos irmãos, ingressando, abraçados, se acotovelando, no simbólico elevador da glória, da grandeza da História brasileira, que nos há de levar, unidos, à glória sem par dos alevantados destinos da Pátria brasileira. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARLOS SANTOS EM SEU DISCURSO:

RACISMO ÀS CLARAS

O episódio de uma senhora negra que foi barrada na porta do elevador de um edifício de São Paulo choca pelo aspecto algo grotesco da atitude racista: em nosso País a segregação racial é proibida por lei e provavelmente os autores da ordem para que se vetasse o acesso de negros ao elevador social não conhecem a legislação a respeito. Seja como for, porém, os autores da interdição racista deveriam conhecê-la já que, de resto, fez bem a senhora em denunciar o ato atirbilhário; sua atitude deixa em aberto que o problema racial existe em nosso País e que não cabe senão enfrentá-lo, sem falsos alarmismos, é verdade, mas também com a firmeza desejável.

Sabe-se que o racismo é muitas vezes um sintoma que não raro esconde um preconceito social. O fato é evidente no caso desta senhora: ela é advogada, conhece seus direitos e exigiu-os na Justiça. Se fosse outra a sua condição social, porém, o ensejo talvez fosse diferente. E este é um fato sintomático: pode-se supor que a democratização de oportunidades no plano social reduzirá o racismo na sua forma velada.

Pois uma coisa de qualquer modo é certa: o brasileiro, pela natureza de sua cultura e de sua história, tem vergonha do racismo. Pode-se dizer, a este propósito, que o brasileiro escamoteia seus preconceitos raciais para mantê-los; mas não há dúvida também de que ele os escamoteia por sabê-los incompatíveis com a cultura brasileira tão fundamente permeada pela cultura africana. Se é importante não mascarar o problema precisamente para combatê-lo em toda a sua extensão, deve-se convir que, por enquanto, a questão social também dilui o que poderia ser a nossa questão racial. A miséria nivela, como se sabe.

Quanto ao mais, entretanto, uma atitude como a desta senhora que se valeu da Lei Afonso Arinos é em tudo exemplar: a legislação anti-racista que temos, pretende justamente evitar que preconceitos raciais se institucionalizem. Se for pelo cumprimento de lei que teremos de chegar a esta desejável democracia racial, que o seja assim. A Lei Afonso Arinos, aliás, não existe por outra razão.

O Sr. Ricardo Fiúza (ARENA — PE) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA (ARENA — PE. Para comunicação da Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Liderança da ARENA nesta Casa se associa ao pronunciamento, e o endossa integralmente, do Deputado Carlos Santos nesta tarde, principalmente pelo tema tratado, que nos revolta e ofende a alma brasileira.

Estou certo de que o Governo haverá de apurar a denúncia que faz o Deputado Carlos Santos, brilhantemente e num estilo raramente visto nesta Casa, pela preciosidade da forma como redigida, pois escritor castiço.

A Liderança da ARENA se incorpora ao pronunciamento de S. Ex^a, e tomará medidas para que o Governo corrija essas distorções, esses absurdos, que não partem — com certeza — da alma brasileira, e sim de distorções de pessoas que não merecem ser brasileiras. (Muito bem!)

O Sr. Odacir Klein (MDB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Tem a palavra o nobre Deputado Odacir Klein, como Líder.

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Para uma comunicação, pela Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Bancada do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara dos Deputados tem no Deputado Carlos Santos um dos seus mais cultos e mais dignos representantes. E, nesta oportunidade, nossa Bancada também se associa às ponderações do nobre colega e também repudia o ato aqui denunciado, ocorrido em São Paulo.

Infelizmente vivemos numa sociedade de diferenciações: diferenciações por cor, diferenciações por sexo, às vezes diferenciações por religião e, muitas vezes, diferenciações pela condição social; infelizmente vivemos numa sociedade em que, na maioria das vezes, o mais importante é ter do que ser; uma sociedade, Sr. Presidente, que, pelo nosso esforço, pela nossa visão, pela nossa dedicação, precisa ser modificada, e modificada substancialmente, para que todos os homens e todas as mulheres, independentemente de cor, independentemente de raça, independentemente de religião, independentemente do que tenham ou possuam, possam efetivamente ser tratados como iguais e que, nessa sociedade, seja mais importante o ser do que o ter. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Athiê Coury.

O SR. ATHIÊ COURY (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, e Srs. Congressistas:

Na qualidade de representante emedebista do povo da Baixada Santista no Congresso Nacional e com esta responsabilidade, tive a honra de levar ao Governador do Estado de São Paulo, na última semana do mês passado, um bem elaborado memorial, assinado pelo ilustre Prefeito emedebista de São Vicente, Dr. Koyu Iha, pleiteando junto ao Eng^o Paulo Salim Maluf a solução urgente de um antigo e cada vez mais sério problema naquela região litorânea.

Trata-se, Sr. Presidente, da necessidade premente da construção de uma ponte rodoviária sobre o Canal dos Barreiros, que possibilitará a integração da ilha com a parte continental do Município. A adaptação da Ponte dos Barreiros como acesso rodoviário encurtaria sensivelmente a distância (de 24 para 19 km) entre a sede do Município de São Vicente e o Distrito de Samará. Atualmente o acesso dos veículos àquele Distrito, Srs. Congressistas, tem de ser necessariamente feito pela Avenida Tupiniquins, via Praia Grande, o que, além de ser um percurso desnecessariamente extenso, obriga os veículos a enfrentarem os constantes e longos engarrafamentos na Ponte Pênsil.

Essa atual situação, além desses males já sucintamente descritos, e outros (como o gasto excessivo de combustíveis, numa hora em que a economia brasileira geme sob o peso da crise energética), faz prolongar um outro problema que reputo ainda mais grave: ela não permite que o dinâmico Prefeito Dr. Koyu Iha, como não permitiu aos seus antecessores, nem permitirá aos que vierem depois (se o problema não for racionalmente resolvido), realize qualquer planejamento em Samará, cuja população, quer na sede principal do Distrito, quer nos bairros do Jardim Rio Branco e Parque das Bandeiras e outros, precisa libertar-se das precaríssimas condições em que vive, desprovida dos mínimos recursos de vida inerentes às áreas urbanas. Trago aqui, Sr. Presidente, o testemunho doloroso, porém necessário, de crianças nessa região que já morreram por falta de assistência médica e por deficiência de transportes, que se agrava quase ao infinito nos fins de semana, quando as operações de descida e retorno são acionadas nas Rodovias Anchieta e Imigrantes, fazendo com que a Via Padre Manoel da Nóbrega — único acesso àqueles bairros — fique com mão única, prejudicando extremamente seus moradores.

No encontro que, para esse fim, mantive com o Governador Paulo Salim Maluf, fiz ver a S. Ex^a que todos os estudos até agora apresentados para a solução desse gravíssimo problema têm previsto o aproveitamento da ponte da FEPASA como acesso rodoviário, inclusive e especialmente um projeto aprovado em 1967, de autoria do Eng^o Roberto Rossi Zuccolo, que prevê a construção da ponte a partir dos pilares sobressalentes da ponte ferroviária já existente.

Para se ter uma idéia global da importância da solução urgentíssima dessa ligação entre Samaritã e a sede do Município de São Vicente, Sr. Presidente, já que o tempo não me permite um aprofundamento maior no tratamento deste assunto, basta lembrar que o Distrito de Samaritã é, hoje, inegavelmente, a única alternativa com que São Vicente conta para a solução de outro problema igualmente grave, qual seja, o da necessidade premente de se encontrar mais espaço para o extravasamento populacional da Ilha de São Vicente, deficit esse que vem crescendo e se agigantando a cada ano que passa. Não será possível, entretanto, usar Samaritã nesse sentido sem que se lhe dêem condições reais de habitabilidade, o que não será possível antes da realização do acesso rodoviário entre o Distrito e a sede do Município, da maneira como está descrita no memorial enviado, por meu intermédio, pelo Prefeito Dr. Koyu Iha ao Governador Paulo Salim Maluf.

Quero, pois, daqui reforçar o apelo que pessoalmente fiz ao ilustre Governador Paulo Salim Maluf nesse sentido. Engenheiro que é, com a experiência anteriormente adquirida como Prefeito de São Paulo e como Secretário dos Transportes do Governo de nosso Estado, e agora à testa do Executivo Bandeirante, onde já tem demonstrado aguda sensibilidade para a solução dos problemas que afligem as populações de nossas comunidades, tenho a certeza de que S. Ex^a dará todo o apoio necessário à Prefeitura de São Vicente para a solução desse angustiante problema administrativo e social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Figueiredo.

O SR. MILTON FIGUEIREDO (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Desde meados do mês de março um grupo de deputados vêm-se reunindo normalmente às terças-feiras, quando se discute Brasil: economia, finanças, ecologia, geografia geopolítica. Fazemos juntos um curso de Brasil.

Entretanto, houve necessidade de esse grupo se posicionar com relação a eleições diretas, com relação a novos partidos, a pluripartidarismo, e definiu, como linha de atuação, uma política nacionalista na defesa do solo e do subsolo, da memória nacional, do nosso capital, das nossas empresas contra as multinacionais.

E, ontem, tivemos uma reunião diante da situação difícil por que passa parte do leste do meu Estado, onde, num município de 9 mil 182 quilômetros quadrados foram os garimpeiros da cata, da garimpagem, confinados em apenas 3 mil hectares, tendo sido dado o restante dos municípios, de presente, às multinacionais.

Diante da lei, diante do Código de Mineração, que após a concessão do direito de pesquisa, cabe àqueles que receberam o direito de expulsar o pessoal que lá se encontra, temos mantido uma acirrada luta contra o Ministro Célio Cals que se tem colocado em posição dúbia nesse assunto.

De modo, Sr. Presidente, que para conhecimento do povo brasileiro, este grupo de Deputados sem nome, sem líder, sem coordenador, que não tem nada que ver com os frotistas ou com os não-frotistas, trazem à consideração da classe política brasileira, a seguinte declaração:

DECLARAÇÃO

Os deputados subscritores da presente declaração e que, anteriormente, já se haviam manifestado a favor do pluripartidarismo e das eleições diretas, manifestam-se, hoje, pela defesa intransigente dos direitos mais legítimos do povo brasileiro na luta contra as multinacionais; pela defesa dos empreendimentos nacionais na pesquisa e lavra dos recursos naturais brasileiros; pela defesa dos garimpeiros brasileiros deste País, que em Poxorêu — Mato Grosso, em Rondônia, no Acre e em outros quadrantes da Pátria são acaçados por empresas multinacionais, ansiosas de se locupletarem, ainda mais com nossas riquezas; e, nesse afã, buscam marginalizar brasileiros, expulsando-os de áreas por eles desbravadas e conquistadas, numa flagrantíssima afronta a toda a gente brasileira.

Este posicionamento deixa patente a linha nacionalista de sua atuação, modo de conduta que é seguida intransigentemente por todos os seus integrantes.

Brasília 15 de agosto de 1979. — Deputado **Lourenberg Rocha** — MT, Deputado **Arnaldo Schmitt** — SC, — Deputado **Navarro Vieira Filho** — MG, Deputado **Dario Tavares** — MG, Deputado **Cláudio Strassbourg** — RS, Deputado **Afro Stefanini** — MT, Deputado **Túlio Barcelos** — RS, Deputado **João Alberto** — MA, Deputado **Antonio Dias** — MG, Deputado **Pedro Sampaio** — PR, Deputado **Emídio Perondi** — RS, Deputado **Walter de Prá** — ES, Deputado **Antonio Amaral** — PA, Deputado **Leorne Belém** — CE, Deputado **Isaac Newton** — RJ, Deputado **Francisco Rossi** — SP, Deputado **Stoessel Dourado** — BA, Deputado **Caio Pompeu** — SP, — Deputado **Milton Figueiredo** — MT, Deputado **Pedro Correa** — PE, Deputado **Evandro Ayres** — CE, Deputado **Cláudio Philomeno** — CE, Deputado **Cristino Cortes** — MT, Deputado **Joacyl Pereira** — PB, Deputado **Hugo Mardini** — RS, Deputado **Artenir Werner** — SC, Deputado **João Faustino** — RN.

Entrego a V. Ex^a, Sr. Presidente, para que conste dos anais.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres.

O SR. EVANDRO AYRES (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, julgava eu jamais ocupar a tribuna desta Casa para tratar de assunto pessoal. Mas, infelizmente, o homem público está sujeito a tudo. A insânia de um irresponsável leva-me a isso. E o faço em atenção à dignidade desta Casa e ao respeito que tenho pelos ilustres colegas, porque ao povo cearense, ao povo de Fortaleza nada teria de explicar, pois me conhecem a sobejo.

Um Vereador de Fortaleza, em sessão de 14-8, acusou-me e aos seus pares de maneira torpe, para retirar, na sessão seguinte, as acusações. Mas, para mim o mal já estava feito. Trata-se do seguinte: em meados de 1977, atendendo solicitação regular e após aprovada na Câmara Municipal, à unanimidade, com o voto inclusive do caluniador, foi feita a permuta de um terreno de 11 metros de frente por 22 de fundos e de outro de igual tamanho, restos de ruas em desuso e que serviriam para expansão de uma indústria, a MECESA. E a permuta, por outro imóvel maior foi realizada, após avaliação e demais processamentos legais, pelo Departamento competente da Prefeitura. E permutas como essa, para permitir expansão de indústrias, com a criação de novos empregos, têm sido comuns, em outras administrações e na minha também foram feitas outras.

Agora, no intuito de caluniar, quem não preza a própria honra, não respeita a dos outros, tenta o caluniador dizer que a permuta foi feita à base de suborno, envolvendo o meu nome. Quero de público, em atenção ao respeito desta Casa, além de o fazer em defesa de minha honra, de minha honorabilidade, repelir aquelas ofensas, informando de que já constitui advogado para proceder na Justiça à interpelação e competente processo, quando certamente será desmascarado e punido o irresponsável caluniador. A Justiça, espero, na defesa da sociedade, saberá aplicar a lei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na manhã de hoje prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Câmara dos Deputados para apurar as causas do empobrecimento dos Estados e Municípios, o Governador de Santa Catarina, Dr. Jorge Konder Bornhausen.

Não exageráramos se afirmássemos, nesta hora, ter sido da maior importância a oportunidade, a colaboração trazida pelo Chefe do Poder Executivo ao debate da questão, de tanta atualidade.

A síntese daquelas idéias vai expressa no documento que leio, para conhecimento desta Casa e do País:

Há vários anos — principalmente nos últimos cinco — os Estados e Municípios vêm reclamando insuficiência de receitas para atender às necessidades de serviços e investimentos públicos.

Constantemente, governadores e prefeitos fazem alusão aos problemas decorrentes das reduções das alíquotas do imposto para atender à política sócio-econômica do governo federal e, também, da concessão de isenções e redução de base de cálculo, como instrumentos de incentivos à produção e à redução dos custos de produtos de consumo de massa. Reclamam, igualmente, da defeituosa

distribuição da parcela que lhes cabe na arrecadação do ICM e da excessiva vinculação das participações nos tributos federais, uniformizando para todo o Brasil necessidades que, obviamente, são desiguais.

A complexidade dos sistemas tributários, nos países federais, reside no fato de alimentar-se de impostos de três competências distintas: federal, estadual e municipal.

O problema da distribuição dos poderes em matéria tributária é particularmente delicado porque não subsiste efetiva autonomia.

No Brasil, é destinada à União a maior fatia dos impostos de grande rentabilidade fiscal. Por exemplo: o IPI e o IR, em 1978, concorreram com 68% do total da arrecadação da União via impostos.

A preponderância do IPI e do IR sobre os demais impostos resulta em que a maior participação dos Estados e Municípios em três outros impostos pouco altera o resultado final pois, do total arrecadado pela União em 1978 através dos impostos de sua competência, apenas 20,8% foram destinados aos Estados e Municípios.

Esta minimização da participação dos Estados e Municípios nos tributos federais tem favorecido a crescente disparidade entre a evolução das receitas disponíveis dos três níveis de governo em detrimento das receitas estaduais e municipais.

No que se refere ao ICM, o sistema tributário está, igualmente, bastante comprometido. O estreitamento da área de incidência do tributo é, sem dúvida, a principal causa das dificuldades financeiras dos Estados e municípios, os quais, na medida em que são restringidos na sua capacidade de gerar receitas, recebem o impacto de crescentes necessidades sociais decorrentes da urbanização acelerada, produto do crescimento econômico.

Os municípios, em particular, embora com autonomia relativa para estabelecer política tributária, receberam impostos muito dependentes do grau de urbanização e da estrutura econômica.

O mecanismo das transferências, criado para equilibrar a rigidez do sistema, permitiu que os Estados passassem a ter participação na receita da União e os municípios na receita desta e dos Estados. Instituiu-se, porém, um regime de forma obrigatória a aplicação de elevados percentuais do fundo de participação dos Estados e dos Municípios em investimentos para os setores de educação, saúde, extensão rural e fundo de desenvolvimento, independentemente das necessidades que o Estado ou município possa ter ou não.

A recente proposição do Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de desvincular os fundos de participação, vem responder a antiga reivindicação dos Estados e Municípios e representa uma medida que bem dimensiona a sua visão realística.

Essa desvinculação, entendemos, deve ser total, pois não é concebível que se possa, em qualquer grau, generalizar necessidades num país da amplitude territorial e de disparidades regionais do Brasil.

O administrador mais próximo da comunidade tem, sem dúvida, uma visão muito mais objetiva das necessidades peculiares dessa comunidade. A aplicação dos fundos, deve se orientar para as necessidades de ordem particular das comunidades interessadas, assim como a aplicação das receitas da União deve atender às necessidades de ordem geral da Nação.

A falta de expressividade tributária, resta aos Municípios a esperança de que as políticas formuladas resultem em maiores receitas federais e estaduais e, por via de consequência, aumentem os recursos provenientes do paternalismo representado pelas transferências.

A nível dos Municípios catarinenses, é significativa a dependência de Operações de Crédito para suplementação de recursos. Este elemento, que participava com 1,3% da receita em 1970, passou a representar 8,2% em 1973, 10,9% em 1974, 12,6% em 1975, caindo depois para 6,9% e 4,6% nos anos subseqüentes.

Dois fatores podem ter influído para a redução da dependência, a partir de 1976. o crescimento mais acelerado de suas receitas tributárias e o controle mais rígido, por parte do Banco Central, do endividamento dos Estados e dos Municípios.

Sugestões

1. No campo fiscal:

a) A eliminação das desonerações do ICM nas operações de circulação de mercadorias com destino ao mercado nacional, através da adoção imediata de atos que resultem na revogação expressa de benefícios do tributo (isenções, redução de base de cálculo, créditos simbólicos e manutenção de crédito), devendo a União assumir o ônus decorrente da efetivação dessas medidas;

b) Retorno do percentual das alíquotas do ICM retiradas para formação do PIS e criação de um Fundo do ICM para distribuição igualitária entre os Municípios, independente da distribuição proporcional ao movimento econômico, como meio de diminuir as disparidades regionais; ou

c) Mudança do atual critério para a fixação dos índices de distribuição do ICM devido aos municípios, com a inclusão de outras variáveis ao lado do "valor adicionado", tais como população total residente e receita tributária municipal.

Diante da verdade de que dos 197 municípios catarinenses existem 50 que recebem menos de 0,1% de retorno do ICM — do total de 100% —, sugiro, ainda:

d) Que do ICM devido aos municípios, sejam distribuídos 20% (do total de 100%) em partes iguais; e que os 80% restantes sejam repassados segundo os critérios vigentes de "valor adicionado", acrescido das variáveis "população total residente" e "receita tributária municipal".

2. No Campo administrativo:

a) Eliminar as comissões bancárias, despesas de processamento e outros procedimentos, inclusive computando-se os incentivos fiscais do IPI e do IR concedidos pela União, para que as transferências correspondam efetivamente às participações ditas pela legislação;

b) Rever as restrições hoje existentes quanto à capacidade de endividamento dos Estados, seja via empréstimos, seja via emissão de títulos da dívida pública, e racionalizar os procedimentos necessários à contratação de operações de crédito, de maneira a permitir maior liberdade quanto à aplicação dos recursos e certeza quanto aos valores que serão recebidos em determinado espaço de tempo;

c) Delimitar os encargos públicos nos três níveis de governo, levando em consideração as dimensões das receitas discriminadas;

d) Atribuir aos Estados a execução e administração dos investimentos dos Planos Federais nos seus respectivos territórios, no que diz respeito a obras rodoviárias, repassando à União os recursos correspondentes;

e) Participação da União, com recursos financeiros, na manutenção da Polícia Militar do Estado;

f) Redimensionamento dos efetivos e das atribuições das Polícias Militares Estaduais, com a integração dos contingentes destinados ao serviço militar aos corpos policiais militares do interior dos Estados;

g) Ampliar as programações do Projeto CIATA — Convênios de Incentivos ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo das Municipalidades, de iniciativa do Ministério da Fazenda, com a participação dos Estados, que visa a oferecer dinamização administrativa através de novos cadastros, novas legislações, novas metodologias e, conseqüentemente, maior volume de receitas aos municípios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermès) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Iranildo Pereira.

O SR. IRANILDO PEREIRA (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Ceará, nosso Estado, tem sido historicamente vítima do subdesenvolvimento e poucos foram os governos, estaduais ou federais que, efetivamente, lutaram pelo seu desenvolvimento político, social, econômico e cultural.

A educação é precária em todo o Estado. São poucas as cidades do interior que possuem escolas de nível superior. Crato, historicamente o maior centro cultural do interior cearense, com muita luta e sacrifício da sua comunidade, conseguiu a instalação e funcionamento de uma Faculdade de Direito que hoje orgulha seu povo.

Por outro lado, o que nos entristece é saber que aquela entidade de ensino superior, juntamente com estudantes, graduados e com o apoio da comunidade, tenham de todos os modos tentado o reconhecimento da Faculdade e até hoje nada de concreto tenham conseguido junto ao Conselho Federal de Educação.

O não reconhecimento da Faculdade de Direito do Crato tem causado vários transtornos aos estudantes da Escola e aos bacharéis que por ali passaram. Os formados, colaram grau depois de anos de sacrifícios e hoje, em que pese terem cumprido às exigências curriculares e formais, não podem exercer a profissão nem se inscreverem na Ordem dos Advogados do Brasil por falta do diploma devidamente legalizado, documento exigido para a habilitação profissional do advogado.

Entre outras formas legais de luta pelo reconhecimento do curso, a semana passada, inconformados com a situação, bacharéis e estudantes levaram pacificamente a efeito passeata pelas ruas da cidade.

Sempre sensível às justas reivindicações do povo caririense, no passado, como Deputado Estadual, me incorporei às lutas encetadas na Região, objetivando a criação da Universidade Regional do Cariri, sonho ainda hoje acalentado por todos. Embora não tendo conseguido a Universidade pretendida, apresentei emenda que foi transformada em lei, que permitiu a encampação pela Fundação Educacional do Estado do Ceará, dentre outras, da Faculdade de Direito do Crato.

Tendo em vista o fortalecimento da luta do estudante caririense e coerente com os compromissos assumidos, desejo desta Tribuna, me associar às justas reivindicações pelo reconhecimento daquela entidade de ensino, apelando ao Conselho Federal de Educação no sentido de que, o mais breve

possível acolha o pedido de reconhecimento daquela Faculdade. Assim agindo estará o CFE assegurando aos bacharéis que cursaram aquela Faculdade o direito de exercer legalmente a profissão que abraçaram e aos estudantes a certeza de que, ao se graduarem, também serão reconhecidos como advogados do seu povo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Para leitura da Mensagem Presidencial nº 68, de 1979-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.687, de 1979, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário.

O Sr. Odacir Klein (MDB — RS) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Com a palavra V. Exª

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Para questão de ordem) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de *quorum* para continuação dos trabalhos, solicito a V. Exª o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — A Mesa considera que, realmente, V. Exª está com razão. Assim, irei suspender a sessão, ficando o Projeto de Resolução nº 1, de 1979-CN, constante da Ordem do Dia, que "altera o § 2º do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional", adiado para outra oportunidade.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00